

COMUNICADO SDG nº 33/2026

Programas estratégicos voltados ao fortalecimento da equidade na Educação Básica

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com fundamento na Lei Complementar Estadual nº 709, de 1993, bem como em seu Regimento Interno, INFORMA os Municípios e demais agentes públicos sobre a abertura de adesão a programas estratégicos voltados ao fortalecimento da equidade na Educação Básica.

Entre as iniciativas, destacam-se: o **PDDE Equidade**, que destina recursos para infraestrutura e qualidade pedagógica em escolas vulneráveis - <https://www.gov.br/mec/pt-br/pdde/pdde-equidade>; a **Política Nacional de Educação Especial Inclusiva**, que assegura atendimento adequado a estudantes com deficiência, autismo e altas habilidades - <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneej>; o **Diagnóstico de Equidade PNEERQ**, voltado ao monitoramento das desigualdades étnico-raciais e da educação quilombola - <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq>; e a **Escola Nacional de Hip-Hop**, que incorpora elementos da cultura Hip-Hop como ferramenta pedagógica para engajamento e combate à evasão escolar - <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-do-hip-hop>.

Além desses programas, estão disponíveis materiais de apoio, como as **Devolutivas de Equidade Racial** - <https://www.gov.br/mec/pt-br/aqui-tem-mec>, os **Protocolos de Identificação e Resposta ao Racismo** - <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq/protocolos-identificacao-resposta-racismo>, o **Guia para declaração étnico-racial** - <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq/documentos>, os **Cadernos de gestão das modalidades educacionais** - <https://www.gov.br/mec/pt-br/gestao-educacional-para-equidade/cadernos-de-gestao-das-modalidades-educacionais/cadernos-de-gestao-das-modalidades-educacionais> e os **Referenciais de implementação de equidade** - <https://www.gov.br/mec/pt-br/gestao-educacional-para-equidade/cadernos>, todos voltados a apoiar as secretarias estaduais e municipais na formulação de políticas inclusivas e eficazes.

Diante da relevância dessas iniciativas, solicitamos o engajamento das Secretarias de Educação para que realizem a adesão dentro dos prazos estabelecidos, garantindo que os benefícios alcancem as escolas e estudantes em suas redes de ensino.

O Tribunal de Contas, em seu papel institucional, reforça que os recursos e as políticas sejam implementados de forma efetiva e contribuam para a redução das desigualdades educacionais.

SDG, em 23 de junho de 2026.

GERMANO FRAGA LIMA
SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL